



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Itu / SP
Endereço: Avenida Tiradentes, 2001
Bairro: Vila Lucinda
Telefone: (011) 4813-9300
Fax: (011) 4813-9300
CNPJ: 46.634.440/0001-00
Complemento:
CEP: 13309-640
E-mail: adm_peti@ig.com.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Valfrido Miguel Carotti
Cargo: Secretário
E-mail: fazenda@prefeituraitu.com.br
CPF: 107.792.568-91
Complemento do Cargo: Secretário de Economia e Finanças
Data Início de Gestão: 02/01/2006

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu - ITUPREV
Endereço: Avenida Antonio Gazzola, 1001
Bairro: Jardim Gazzola
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
CNPJ: 12.870.883/0001-70
Complemento: 2º andar - sala 2B
CEP: 13301-245
E-mail: ituprev@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo
Cargo: Superintendente
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
Complemento do Cargo: Superintendente
E-mail: ituprev@gmail.com
CPF: 102.601.928-13
Data Início de Gestão: 01/03/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: Kiara Farias Berni
Cargo: Diretor
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
Complemento do Cargo: Diretora Administrativa e Financeira
E-mail: ituprev@gmail.com
CPF: 573.740.902-34
Data Início de Gestão: 01/03/2011
Entidade Certificadora: ANBIMA
Validade Certificação: 05/05/2014

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
CPF: 102.601.928-13
E-mail: ituprev@gmail.com

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2012

Data de envio: 20/01/2012

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo

CPF: 102.601.928-13

Data da Elaboração: 13/12/2011

Data da ata de aprovação: 20/12/2011

Órgão superior competente: Conselho de Administração

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	30,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	5,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	25,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	15,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	8,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	3,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	9,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	3,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	2,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Cenário em 2011:

As expectativas para o ano de 2011 foram completamente abaladas por conta da crise na Zona do Euro e devido ao crescimento superficial da economia americana. A imprensa obteve grande destaque durante o ano principalmente no que tange a questão político-econômica mundial, principal ator desta crise. O alto comprometimento com dívidas externas de países europeus como Grécia, Portugal e Itália, fez com que os holofotes estivessem voltados para a Europa, despertando olhares do mundo todo e preocupação de todos os investidores sobre sua situação de endividamento. O mercado interno brasileiro encontra-se em desaceleração por culpa do reflexo que a crise européia atingiu nas economias dos países emergentes, ou seja, o Brasil "deixou" de crescer substancialmente. Este momento marcou a história da economia brasileira por ter contrariado a esperança de alguns analistas (durante o primeiro semestre) de que o Brasil poderia obter crescimento considerável no ano de 2011, porém no sentido contrário e com muita cautela, o que estamos observando é um crescimento menor ocasionado pelas mudanças no cenário brasileiro e mundial. Houve a necessidade de utiliza-se de políticas monetária e fiscal a título de profilaxia. O PIB apresentará crescimento muito próximo do zero neste terceiro trimestre e com o agravamento da crise internacional, reduziu consideravelmente as projeções para o crescimento em 2011 e 2012. A projeção do PIB (Produto Interno Bruto) de acordo com o Ministério da Fazenda ficará reduzida de 4,5% para um crescimento modesto entre 3,5% e 4%. Cabe ressaltar que o Banco Central aposta em 3,5%. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou seja, o índice que é aplicado para famílias que recebem montante de até quarenta salários mínimos), permanecerá em 6,31%, ou seja, as projeções se elevarão para este ano, ao contrário do ano passado no qual houve um crescimento em torno de 7,5% com relação ao ano anterior. Próximo ao final do ano, a mesma deverá recuar lentamente para a meta de 4,5%, uma vez que haverá baixa dos preços internacionais. O Banco Central reduzirá a taxa Selic até 10,5%, com riscos de que o corte seja ainda maior. Já na esfera pública, os gastos do governo seguirão controlados e o governo mantém a política monetária com corte de juros. Com relação às variações de 2011, a estimativa de mercado levantada pelo Boletim Focus em relação ao IPCA foi mantida em 6,50%. A taxa básica de juros, a Selic também se manteve, em 11,00%. Por sua vez, o PIB (Produto Interno Bruto) passou de 3,29% para 3,20% nesta edição. Já o IGP-DI teve sua taxa reduzida para 5,84%, assim como o IGP-M que caiu para 5,78%. O IPC-Fipe também teve sua projeção anual reduzida, em 5,61%. Por fim, a Balança Comercial permaneceu em R\$ 27,00 bilhões, mas a projeção para a produção industrial caiu para 1,83%.

Perspectivas para 2012:

Para o cenário de 2012, a política monetária brasileira aponta que a taxa Selic deverá chegar até 9% ao ano. Com o rebaixamento da taxa Selic pelo Banco Central durante reunião do Copom no mês de agosto de 2011, a expectativa para 2012 será endossada por esta queda. Vale lembrar que para 2012, a queda da taxa Selic atingirá positivamente nas decisões de consumo e investimento mesmo que o cenário na economia mundial possa limitar o crescimento da economia brasileira. O aumento do salário mínimo impulsionado pela alta da taxa de inflação fará com que a economia brasileira seja alavancada por este aumento principalmente com relação ao mercado interno aquecido e conseqüentemente, haverá aumento dos gastos públicos. Já no que tange a política fiscal, ainda que o governo reitere que pretende cumprir também no ano que vem, a meta de superávit primário será cerca de 3% do PIB. O clima de prosperidade virá acompanhado pela aproximação da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, que fará com que as despesas em 2012 sejam altas devido ao incremento da infra-estrutura que deverá acelerar neste ano. O mercado de trabalho será aquecido consideravelmente em face ao setor da prestação de serviços. A situação da indústria ainda é muito frágil, porém acredita-se que sobreviverá. Na esfera internacional, a crise de incerteza na Zona do Euro deverá ganhar destaque como ocorreu em 2011, porém na esfera nacional, há grande expectativa de dinamismo econômico impulsionado pelo mercado interno fortalecido. Para 2012, a autoridade monetária espera IPCA de 5,57% e PIB de 3,50%.

Objetivos da gestão

A Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema gerencial de controle, organização e manutenção do RPPS. Tem a função de melhorar a administração dos ativos financeiros e facilitar a comunicação entre os gestores e o mercado financeiro. Além disso, possibilita fazer adequações no âmbito do sistema de previdência, em decorrência de possíveis mudanças advindas do controle dos recursos aplicados no mercado financeiro que possam afetar o patrimônio do fundo. Consiste em um instrumento gerencial que possibilita à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, buscar uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco aos quais serão expostos os conjuntos de investimentos do ITUPREV. A política de investimentos estabelece, ainda, o referencial de rentabilidade buscada pelos gestores, a adequação das aplicações aos ditames legais e a estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2012 a 31/12/2012. Buscando alcançar o índice referencial de rentabilidade real para as aplicações dos recursos previdenciários, a estratégia de investimento proposta prevê sua diversificação nos segmentos de renda fixa e renda variável. As aplicações em fundos de investimentos poderão ser efetuadas em mais de uma instituição financeira oficial e, preferencialmente, em fundos de investimentos organizados para receber recursos no termos da legislação federal aplicada aos RPPS. A administração do ITUPREV, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual de 6% + INPC ou, se possível, superá-la. É importante ressaltar que, seja qual for a alocação dos ativos, o mercado sempre estará sujeito a períodos adversos, ao menos em parte da carteira. Desta forma, é imperativo que haja um prazo para que o RPPS possa ajustar essas flutuações, permitindo-se a recuperação em caso de perdas ocasionais. Assim, o RPPS deve manter-se fiel à Política de Investimentos definida originalmente a partir de seu perfil de risco, remanejando seus recursos com o objetivo de equilibrar a carteira de investimentos.

De acordo com a Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, a atividade de gestão das aplicações dos recursos do ITUPREV para o exercício de 2012 será realizada por meio de gestão própria. A competência para definir a aplicação dos recursos financeiros do ITUPREV é do Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com o Superintendente. A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será apurado por empresa de assessoria financeira contratada pelo ITUPREV, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010. Para receber recursos do RPPS, a instituição financeira deverá apresentar documentos que possibilitem à Administração do ITUPREV avaliar a solidez patrimonial daquela, verificar o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros. Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre do ano, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

A Política de Investimentos refere-se à alocação dos recursos do ITUPREV entre as instituições financeiras. Esses recursos serão alocados em segmentos de renda fixa por meio de fundos de investimentos e/ou aquisição de títulos públicos e em segmentos de renda variável por meio de fundos de investimentos, respeitando-se todos os limites, condições e vedações estabelecidas pela Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 ou por outra legislação que venha a complementá-la ou substituí-la, procurando-se sempre maximizar a rentabilidade dentro do mesmo nível de risco. As aplicações no segmento de imóveis somente serão efetuadas com imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social. A regra básica que norteará as aplicações do ITUPREV é a da diversificação, com vistas a minimizar os efeitos causados por desempenhos indesejáveis em um ou outro segmento de aplicação.

Essa proposta visa permitir aos gestores a flexibilização dos investimentos que ocorrerão durante o exercício de 2012 dentro das alternativas que possam vir a apresentar, no decorrer do ano, as melhores condições na seguinte ordem de preferência: Segurança, Solvência, Liquidez, Transparência e, por último, Rentabilidade, cuja escolha dependerá da análise de cada investimento em relação à variável risco. Ainda, quanto àqueles investimentos com prazos para resgate superior a trinta dias, a quantia a ser aplicada dependerá de prévio estudo do Comitê de Investimentos quanto a fluxo de caixa e disponibilidades financeiras do fundo previdenciário.

Os cenários de investimentos dessa política foram traçados a partir das perspectivas para a economia, com ênfase na política monetária, no panorama político e no comportamento das principais variáveis econômicas. Essa conjuntura será acompanhada para a realização de revisões periódicas e possíveis alterações na condução dos investimentos planejados nesse documento. Será avaliada a aderência à Política de Investimentos e ao cumprimento da meta atuarial através de relatórios trimestrais. Também serão efetuadas análises das rentabilidades através de acompanhamentos diários e mensais, efetuando-se comparativos com o Benchmark e indicadores econômicos. As estratégias de investimento foram elaboradas com ênfase à aversão ao risco.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

O Regime Próprio de Previdência Social somente poderá aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento gerido por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como:

I – de baixo risco de crédito; ou

II – de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Na aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social em títulos e valores mobiliários, no caso de Gestão Própria, conforme disposto na Resolução, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

As administradoras de fundos deverão entregar ao ITUPREV:

- Relatório diário contendo valor de cota, variação percentual da cota, variação percentual do CDI e quantidades de cotas que o Instituto possui no fundo de investimento. Se as informações referentes aos últimos trinta dias estiverem disponíveis em site, a administradora não precisará entregar o relatório em questão.
- Relatório mensal contendo saldo do início e do fim do mês, quantidade de cotas no início e no fim do mês, total de aplicações, total de resgates e total de rendimento.
- Relatório mensal contendo a carteira aberta do fundo.

Para receber recursos do RPPS, a instituição financeira deverá apresentar documentos que possibilitem à Administração do ITUPREV avaliar a solidez patrimonial daquela, verificar o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros. Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre do ano, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Não é o caso, pois a gestão é própria.

Observações

A política de investimentos deverá ser revista anualmente.

A presente política de Investimentos foi aprovada pela Ata 023/2011 do Conselho de Administração do ITUPREV, em reunião realizada em 20/12/2011.

Esta Política de Investimentos será publicada no órgão de imprensa oficial do Município, divulgada por meio eletrônico em página da web da Prefeitura e permanecerá afixada no quadro de avisos da sede do Instituto.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	107.792.568-91 - Valfrido Miguel Carotti	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	102.601.928-13 - Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	573.740.902-34 - Kiara Farias Berni	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	102.601.928-13 - Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo	Data: __/__/__	Assinatura: